

33- DISCIPLINA: Instrução Militar – 30h/a

Objetivo: Capacitar os alunos a identificar e executar comandos e movimentos de ordem unida com sincronismo, marcialidade e garbo militar, e também aperfeiçoar sua capacidade de comando de frações e guarnições no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

Conteúdo: Cenário atual da instrução militar no CBMPA. Da Continência da Tropa: Generalidades, Da Continência da Tropa a Pé Firme, Da Continência da Tropa em Deslocamento, Da Continência da Tropa em Desfile, Do Procedimento em Tropa em Situações Diversas, Da Continência da Guarda, Da Continência da Sentinela; Do Preito da Tropa: Das Honras de Gala, Das Guardas de Honra, Das Escoltas de Honra, Das Salvas de Gala. Das Guardas dos Quartéis e Estabelecimentos Militares: Da Substituição das Guardas, Da Substituição das Sentinelas. Ordem Unida individual e coletiva: Introdução, Generalidades, Definições, Métodos e Processos de Instrução. Instrução Individual sem Arma: Generalidades, Instrução sem Arma. Instrução Individual com Arma: Generalidades, Fuzil 7,62 M 964 (FAL), Espada; Instrução Coletiva: Generalidades, Formações, Formatura, Deslocamentos. Regulamento Interno de Serviços Gerais, Normas Gerais de Ação. Inspeções, revistas e desfiles.

Referencial Bibliográfico:

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – R-1 (RISG).

PORTARIA Normativa Nº 660-MD, de 19 de Maio de 2009.

Lei Nº 9.161, de 13 de janeiro de 2021, Institui o Código de Ética e Disciplina Bombeiro Militar do Pará;

BRASIL. Ministério do Exército. Manual de Campanha - Ordem Unida C. 22. 5 - 1ª Parte. 2 ed. Brasília. Estabelecimento General Cordeiro de Farias.

BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas, Decreto Nº88.513, de 13 Jul 83, Brasília, 1983.

34 – DISCIPLINA: Armamento, Tiro e Munição – 20h/a

Objetivo: Capacitar os alunos quanto aos direitos e deveres dos cidadãos na utilização de armas de fogo, conhecimento básico quanto às regras de segurança no seu uso, armamento e munições utilizadas na Corporação e manabilidade de tiro defensivo básico.

Conteúdo: Armas (histórico, características e classificação). Armamento Leve. Balística. Munições. Protegendo Munições. Stopping Power. Procedimentos Preliminares com Armamento Leve. Procedimento de Segurança com Armamento Leve. Manutenção de Armamento Leve. Pistola Taurus de Dupla Ação. Alguns procedimentos Legais com armas. Regras de Segurança. Fundamentos de tiro: Posição do atirador, Empunhadura, Aparelho de Pontaria, Visada, Respiração, Puxada do Gatilho, Condicionamento Mental. Tiro instintivo. Erros mais comuns durante a execução do tiro real. Incidentes e Acidentes de tiro.

Referencial Bibliográfico:

DE ROVER, CEES – Para Servir e Proteger – Manual para Instrutores – Comitê Internacional da Cruz Vermelha – 1997.

GIRALDI, Nilson. Curso Básico de Armas Curtas. Apostila. PMESP, 1998.

MANUAL DE TIRO DEFENSIVO DA POLÍCIA MILITAR, M-19-PM. PMESP, São Paulo: anexo ao Bol G PM nº 034, de 22 de fevereiro de 2013, 2 ed.

35 – DISCIPLINA: Gestão de Operações de Defesa Civil – 25 h/a

Objetivo: Capacitar os alunos para conhecer cada uma das ações de proteção e defesa Civil, bem como aplicar os conhecimentos nos desdobramentos destas ações com objetivo de planejar e coordenar ações de proteção e defesa civil na sua área de atuação em conjunto com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Conteúdo: Gestão de Riscos: Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), Sistemas de monitoramento: pluviométrico, hidro climatológico, Planejamentos Preventivos: Setorização e Mapeamento de áreas de riscos; Planos de contingenciamento, Planos diretores municipais e Planos de redução de riscos. Gestão de desastres: Preparação para resposta a desastres; Situação de anormalidade: Critérios, Procedimentos para reconhecimento federal e Homologação Estadual, Efeitos vinculados reconhecimento da situação de anormalidade (Situação de emergência e estado de calamidade pública); Sistema Integrado de Informações sobre Desastres; Ações de resposta a desastres: socorro, assistência às vítimas, logística de kits humanitários, Gerenciamento de abrigos e Ações de reestabelecimento dos serviços essenciais.

Referencial Bibliográfico:

ARAÚJO, Sérgio B. Administração de desastres. SIGMA Gestão de Riscos. Publicação digital, 2012.

BERTONE, Pedro; MARINHO, Clarice. Gestão de riscos e resposta a desastres naturais: A visão do planejamento. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. DOU 11 de abril de 2012. Brasília.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. Módulo de formação: resposta: gestão de desastres, decretação e reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção em defesa civil para resposta: apostila do instrutor. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017. CEPED. Capacitação em gestão de riscos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016. 2ª ed. 270p.

GANEM, Roseli Senna. Gestão de desastres no Brasil. Estudo. Consultoria Legislativa. Câmara dos, 2012.

GANEM. Roseli. Estrutura Institucional da União para Gestão de Desastres Naturais. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. Brasília. 2014. 92p.

LIMA, Eliane et al. POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES: UM OLHAR PARA ALÉM DA RESPOSTA À EMERGÊNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 15, n. 33, p. 91-96, 2019.

SILVA, Isis Sacramento da. Desastres naturais no Brasil: ações adotadas pelo governo federal após 2011. 2015.

36 – DISCIPLINA: Geoprocessamento Aplicado a Segurança Pública – 20 h/a

Objetivo: Possibilitar ao aluno conhecimentos sobre a utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) Q.Gis para produção de mapas personalizados, bem como gerar geoinformação para o planejamento de operações. Utilização das ferramentas de geoprocessamento disponíveis no QGIs, indo até a criação de um projeto, e por conseguinte, extrair ou questionar informações úteis para tomada de decisão técnica.

Conteúdo: Conhecendo o SIG Q.Gis; Instalação do Software Q.Gis; Estrutura do software Q.Gis; Configurações do ambiente de trabalho do Q.Gis; Formato de dados espaciais e tabulares no Q.Gis; Configurando para download e atualizações de complementos no Q.Gis; Compreender o uso das ferramentas do Q.GIS. Criação de um projeto no Q.Gis; Adicionando camadas vetoriais no Q.Gis; Acesso as propriedades do Q.Gis; Acesso à tabela de atributo do Q.Gis; Ferramenta de rótulo do Q.Gis; Ferramenta de criação de layout do Q.Gis; Elaboração de cartograma no Q.Gis.

Referencial Bibliográfico:

BOSSLE, R. C. QGIS ao ABC ao XYZ. Curitiba-PR: Edição do autor, 2016.

BOSSLE, R. C. QGIS e geoprocessamento na prática. São José dos Pinhais: Íthala, p. 232, 2015.

DE MENEZES, P. M. L. DO COUTO FERNANDES, M. Roteiro de cartografia. Oficina de Textos, 2016.

DOS SANTOS, J. S. Elaboração de mapas temáticos com estudantes do Ensino Médio através do QGIS. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC), v. 5, n. 12, 2019.

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. Oficina de textos, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Noções básicas de Cartografia, p.12, Rio de Janeiro. 1998.

PENA, R. F. A. Elementos de um mapa; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/geografia/elementos-um-mapa.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

SIMIELLI, M. E. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.) Cartografia escolar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

37 – DISCIPLINA: Noções de Criminalística – 20 h/a

Objetivo: Conhecer os conceitos e objetivos da criminalística, das perícias e a sua importância como prova criminal, compreendendo a necessidade do isolamento para a preservação das provas e os procedimentos empregados no exame de levantamento de local.

Conteúdo: Conceito. Método. Função. Objetivo. Vestígios. Local de Crime. Importância da preservação dos locais de crime na formação da prova pericial. Isolamento e preservação de local.

Referencial Bibliográfico:

KEDHY, Carlos. Manual de Locais de Crime. Serviço Gráfico da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. 1963

PORTO, Gilberto da Silva. Manual da Criminalística. Escola de Polícia de São Paulo. 1960.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal comentado. 5 edição. 1 vol. São Paulo: Saraiva. 2001. 666p.

38 - DISCIPLINA: Planejamento e Comando de Operações de Bombeiro Militar – 25h/a

Objetivos: A presente disciplina visa capacitar o discente a trabalhar com planejamento nas operações Bombeiro Militar, a partir de uma simples ocorrência até uma ocorrência de grande magnitude, bem como de uma operação sazonal da instituição. A disciplina busca também preparar o discente para realizar plano de ação baseada nas técnicas mais adequadas. Além de instruir a organizar o teatro de operações, para que o efetivo trabalhe de maneira correta e eficiente, para obter o sucesso nas ocorrências.

Conteúdo: Procedimentos para os serviços preventivos e operacionais a serem adotados pelo Bombeiro Militar nas atividades diárias; Conceitos e princípios gerais; das Áreas de atuação dos Grupamentos, Serviços ordinários e extraordinários Bombeiro Militar, Viaturas do trem de Socorro, das Escalas de serviço, Guarnições e Comando. Do atendimento de ocorrências e seus níveis de gravidade, a função do comandante das operações, posto e transferência de comando. Principais técnicas utilizadas nas diversas ocorrências; principais riscos existentes nas Operações/Missão/Ocorrência Bombeiro; Preparação para as operações; Prioridades de uma operação; Instalação do Sistema de Comando de Incidentes (SCI); Análise das estatísticas disponíveis para a elaboração do planejamento; Elaboração do planejamento de uma operação; Estratégia da operação; tática da operação; Desmobilização e procedimentos pós operação.

Referencial Bibliográfico:

CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Estratégia e Tática de Combate a Incêndio, 1ª edição. São Paulo. 2006. volume 32.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Manual de Bombeiros Militar - Combate a Incêndio Urbano, 1ª edição, Belo Horizonte. 2020.

PARÁ, DECRETO Nº 1052, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020, institui a Norma Serviços Administrativos, Preventivos e Operacionais do CBMPA, 2020

39 – DISCIPLINA: Sistemas de Comandos de Incidentes – SCI 60h/a

Objetivo: Promover uma melhor compreensão sobre a teoria e prática do Sistema de Comando em Incidentes - SCI como método de atuação prático e padronizado, baseado em boas práticas gerenciais que permitem uma atuação segura, integrada e cooperativa entre diversos órgãos públicos e privados, sem comprometimento de suas competências e limites jurisdicionais, objetivando o gerenciamento de situações críticas e desastres, haja vista as crescentes demandas e complexidades da sociedade contemporânea.

Conteúdo: Estudo do Sistema de Comando de Incidentes: Conceitos e definições, características das situações críticas, Origem e desenvolvimento, Níveis de complexidade das emergências, Níveis de Gravidade das ocorrências (NG), Princípios fundamentais do SCI, Características básicas do SCI. Estrutura Organizacional; Instalações e áreas padronizadas; Gerenciamento